

PLANO DE GOVERNO

ADM. 2013-2016

Prefeito

RENATINHO

Vice: Romário



COLIGAÇÃO: **MINHA IÚNA** PSC - PSB - PTC

PLANO DE GOVERNO

PALAVRA DO CANDIDATO



É o tempo certo de acreditar que vale a pena, unirmos forças, todos juntos, todo o cidadão lunense, todo o povo em geral, para criarmos um grande movimento, unidos pela fé em Deus, para que Lúna cresça e se desenvolva e coloque em prática tudo aquilo que a sociedade aprendeu nas últimas décadas, experimentando a convivência na diversidade, a invenção de novas maneiras de resolver problemas solidariamente, indo à luta à margem do Estado para defender direitos, agindo em rede, expandindo e agregando conhecimento sobre novas formas de fazer, produzir, gerar riquezas sem privilégios e sem destruição do incomparável patrimônio natural brasileiro. É o tempo certo de encararmos a realidade e as dificuldades que o nosso município vem enfrentando, e elaborarmos juntos um plano de governo estratégico, para que Lúna deixe de caminhar em círculos, evitando com isso, a tentadora acomodação de se satisfazer com pouco e achar natural ter tudo pela metade.

A principal revolução, inadiável pelas injustiças em cadeia que sua falta provoca, é a da educação de qualidade para todos. Prioridade das prioridades, não pode mais ser vista apenas como um grande programa. É a virada do país, é o jogo de vida no qual temos que vencer pela persistência, pelo envolvimento da nação inteira, sob a liderança integralmente comprometida com o povo lunense. Sem truques, sem desculpas, sem mais demora.

É o tempo dos que querem viver num município melhor reinventando o seu futuro no século XXI, deixando para trás o século XX, com seus equívocos e trazendo dele as lições para mudar de patamar, com compromisso, cuidado e ousadia, técnica e coração, conhecimento e vontade, realismo e sonho.

É o tempo de aproveitarmos juntos a oportunidade que as eleições de 2012 nos oferecem de abrir espaço para um novo IÚNA repesado que quer e pode abrir as comportas de sua vontade de participar da vida política com alegria, motivação, criatividade e ânimo. Ir além dos limites impostos pela falta de grandeza dos interesses e costumes de alguns grupos políticos que se acomodaram à lógica do poder pelo poder, que se tornou incapaz de assumir plenamente os desafios do presente, expressos na crise ambiental que fragiliza a natureza e ameaça contingentes humanos cada vez maiores.

Esta candidatura não pode significar somente a disputa pelo Executivo e Legislativo. Precisa ser uma convocação para unirmos nossos conhecimentos, os nossos sonhos e forças a fim de construirmos um município que queremos.

A maior emoção que sinto neste momento, quando assumo o lugar de candidato à Prefeito de Iúna, juntamente com o meu vice Romário , é a de fazer parte deste processo da democracia, tendo a profunda convicção de que este caminho só nos levará a um bom lugar, se aberto e trilhado por todos nós, no tempo, na forma e no passo de cada um.

Chamo a atenção da sociedade iunense para mobilizarmos a criatividade, o empreendedorismo, articulando assim em seus segmentos, propondo debates e apresentando propostas que se agreguem numa visão coletiva do país, para que dela possa emergir concreto, traçado e planejado o nosso sonho de um Brasil estável, próspero e ambientalmente responsável, livre e justo, seguro e pacífico, solidário com todos os seus cidadãos e capaz de lhes garantir os direitos fundamentais.

Esta é a Iúna que almejamos, acreditamos para ser uma grande potência onde queremos apresentar não só ao Estado do Espírito Santo e ao Brasil, mas ao mundo inteiro . Este é o talhado para liderar os esforços globais na transição para uma economia sustentável e uma sociedade mais solidária e humana.

Convido a todos para se envolverem agora, para um projeto de longo prazo, que necessariamente irá muito além do período de um governo. No entanto, este é um projeto que não pode ser adiado e precisa começar já. Temos a urgência das carências municipais, do tempo global, da necessidade de não deixar cair no vazio às conquistas já alcançadas.

A plataforma que apresento traz claras as linhas mestras desse projeto. São muitos os objetivos, são complexas as estratégias, são múltiplas as frentes de trabalho, mas é preciso repetir que há um desafio crítico sem o qual nada do aqui proposto acontecerá: a oferta de educação básica de qualidade para todos, formação técnica e científica sólidas desde os primeiros estágios da escola, capacitação para a pesquisa e a inovação como o pão cotidiano para nossas crianças e jovens.

Defender o meio ambiente, hoje, é compreender onde essa defesa se realiza de fato, na sua plenitude. E no Brasil, o melhor uso do nosso incomparável patrimônio natural, estratégico para nosso futuro, é indissociável das condições de vida de nosso povo e do pleno acesso à educação de qualidade. Esse patrimônio nos oferece a base material para um próximo ciclo de geração de riquezas, mas apenas se seu uso estiver informado por conhecimentos avançados que determinem a prudência e a parcimônia indispensáveis para que se transforme, efetivamente, em desenvolvimento com qualidade de vida para todos. Essa é a herança maior que podemos deixar para nossos filhos.

Venha unir-se à discussão e aperfeiçoamento de nossas propostas, ser parte delas. Vamos juntos construir um IÚNA melhor, com confiança, respeito e trabalho.

A Iúna que queremos! É o tempo! A hora ora é agora!

RENATO TERRA RIOS E ROMÁRIO BATISTA VIEIRA

COLIGAÇÃO: MINHA IÚNA – UNIÃO – VALORIZAÇÃO - ORDEM E PROGRESSO.

APRESENTAÇÃO

Tem muita gente boa querendo um jeito melhor de fazer as coisas, de cuidar do NOSSO MUNICÍPIO. Um jeito em que o consumo seja responsável, a inclusão social e o equilíbrio ambiental não sejam discursos da moda, mas práticas e metas.

É possível sim construir sem destruir, consumir sem ser consumido.

A vida dos brasileiros melhorou nas últimas duas décadas e com isso surgiram muitas oportunidades.

Para aproveitá-las, é preciso fazer mais e melhor.

Nossa missão é cuidar bem da nossa água, das florestas e das cidades.

Acabar com o desperdício na produção de alimentos, de energia, na construção civil, no uso dos recursos públicos e em todos outros setores. Com isso, é possível oferecer melhores condições de vida a todos.

É possível aproveitar nossas riquezas com responsabilidade, garantindo qualidade de vida dos nossos filhos hoje e no futuro.

A educação e a inovação serão o alicerce desta transformação.

A criatividade, o empreendedorismo e a diversidade socioambiental os meios da sua multiplicação.

Para realizar este sonho é preciso um jeito novo de fazer política.

Pautado por valores e princípios que tenham o interesse público, a transparência e a participação cidadã no centro das decisões, dos planos e das ações.

Juntos por uma Iúna que queremos.

INTRODUÇÃO

Iúna que chega às eleições de 2012 com uma sociedade civil conclamando por mudanças, pois vem consistentemente buscando resgatar a relação dos cidadãos com o Estado por meio de instrumentos garantidores de liberdade individual e estimuladores da ação coletiva, em defesa do interesse público.

Os sucessivos governos, sobretudo nos últimos 16 anos, deram contribuições importantes porém vemos que desejaram muito em varias áreas e segmentos sociais e visando corrigir algumas distorções que buscamos apresentar UM PLANO DE GOVERNO no qual as pessoas possam melhorar seu padrão de vida. E ter um maior acesso a bens e serviços. Em 2012, iniciamos e estamos dando o primeiro ciclo de reconstrução democrática e prontos para encarmos a provocadora pergunta: **O QUE QUEREMOS SER DE AGORA EM DIANTE?**

A resposta é difícil porque implica termos capacidade de incorporar positivamente às nossas tradições os grandes desafios que surgiram ou se delinearam melhor nessas duas décadas. Ou seja, não nos é dado repetir o passado nem sequer naquilo que sempre consideramos virtuoso, não porque não o seja, mas porque precisa ser visto com outros olhos, a partir de novos conhecimentos, com outras possibilidades de integração e realização.

No Brasil que temos, os avanços foram reais e são pontos de partida necessários para quaisquer propostas de futuro, para identificar o que falta fazer. Mas entendemos que há, principalmente, uma tarefa que a sociedade brasileira, assim como fez há mais de 20 anos, está também agora madura para assumir: dar o rumo para nova fase da história do país, a da opção por um modelo de desenvolvimento que confira à noção de progresso um sentido mais humano, mais justo e solidário com as pessoas, movido por critérios mais refinados do que o mero crescimento material que, na maioria das vezes, acaba por privilegiar poucos à custa de muito sofrimento e carências para a maioria.

Acreditamos que nossas próprias conquistas são prova de que é possível mudar. Provam, por outro lado, que com os mesmos meios e riquezas de que dispomos, mas, com outros propósitos, métodos, conceitos e conhecimento, é possível planejar uma transição estratégica para um desenvolvimento de nova geração. Essa é a tarefa imprescindível para posicionar o município de IÚNA na realidade global marcada por crise ambiental, social e econômica de grandes proporções, poderosa o suficiente para colocar em xeque as práticas e posturas insustentáveis e predadoras que caracterizaram, até hoje, a idéia de progresso.

E para fazer frente a essa realidade, IÚNA precisa enfrentar seus problemas não com uma ruptura, mas com um claro redirecionamento de suas energias políticas e institucionais.

As políticas dominantes, na sua maioria, são reféns dos termos de um dinamismo econômico que em boa parte se autoanula, na medida em que não consegue transferir seus ganhos para a vida coletiva e, ao contrário, acaba sendo gerador de enormes transtornos para a população em geral. Do caos urbano, da falta de saneamento básico, da precária qualidade da educação, apesar do mérito da universalização do acesso ao ensino fundamental.

1. A LÚNA QUE TEMOS

A qualidade da educação talvez seja o exemplo mais candente de nossas contradições. Apenas 60% dos estudantes completam a 8ª série, e, dos que chegam ao ensino médio, menos da metade completam o ciclo. Nas avaliações de qualidade de ensino comparando aos de 78 municípios do estado do Espírito Santo.

A falta de investimento estratégico em educação, inovação, infraestrutura e na conservação dos recursos naturais - que são base fundamental de nossa prosperidade – compromete o nosso desenvolvimento.

Tudo isso mostra que o processo em curso não é sustentável e não assegura um bom futuro para as próximas gerações. O momento da qualidade e da transição para um futuro sustentável é agora.

Os avanços recentes foram reais, mas insuficientes e geradores de significativos desequilíbrios:

- **Desigualdade de oportunidades** – A diferença de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade brasileira persiste e é a mais danosa forma de discriminação psicossocial praticada nesta e em qualquer sociedade. Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2008, 44% das crianças brasileiras até 14 anos ainda vivem em condição de pobreza e 20% em pobreza extrema. E infelizmente Lúna está inserido nessa triste realidade. Lúna precisa evoluir na mesma proporcionalidade em que o Brasil vem evoluindo para garantir a todos os seus cidadãos o igual direito de acesso às oportunidades e às condições básicas de educação, saúde, habitação, saneamento e segurança. Assegurada essa base comum, o cidadão terá liberdade para fazer suas escolhas e estabelecer sua trajetória pessoal na sociedade.

Queremos um município justo e sustentável. E o passado recente, que nos trouxe até este momento extraordinário de amadurecimento, indica que é um desejo viável. A história que vivemos nas últimas décadas traz a informação essencial para irmos adiante na direção do sonho.

Queremos um município com educação de qualidade e atendimento às necessidades de saúde de cada cidadão. Queremos um nível mais elevado de vida, com distribuição equitativa de renda e oportunidades de trabalho e de crescimento pessoal e coletivo.

Queremos cidades saudáveis e seguras. Queremos o uso inteligente da natureza.

Queremos uma cidade limpa e eficientes, agricultura sustentável e investimento em conhecimento e tecnologia.

Queremos um setor público livre de vícios e desvios que sugam a poupança de toda a sociedade.

Queremos a valorização da diversidade e respeito aos direitos das minorias.

Duas condições são determinantes para alcançarmos esse sonho. A primeira: um grande

esforço para fazer com que o sistema político cumpra o seu papel de mediador do debate

nacional. É necessário criar um espaço de negociações legítimas, abertas, inclusivas, capazes de conduzir um processo de tomada de decisões livre do atraso histórico do patrimonialismo, do uso privado dos recursos públicos, dos acordos espúrios de bastidores. Essa não é tarefa de curto prazo, mas precisa ser iniciada a curtíssimo prazo, de forma determinada, intensa, vigorosa. **Lúna** precisa sair de debaixo dos panos, emergir para a política sustentável sem a qual estaremos jogando fora nosso maior cacife, que é o entusiasmo, o engajamento e a generosidade da população, tantas vezes manifestados e tantas vezes transformados perversamente em desalento, pela incapacidade da política de estar à altura deles.

A segunda condição – sem a qual transformaremos nossos sonhos em fragmentos – é estarmos juntos. **Lúna** precisa se livrar da couraça das pequenas disputas, dos projetos insanos e egoístas de poder que são uma verdadeira máquina de produzir falsas questões e travestir de interesse público competições que só dizem respeito àqueles que

as usam como estratégia de derrotar adversários, mais do que confrontar projetos, na maioria das vezes inexistentes.

Estarmos juntos não é pensarmos da mesma forma. Estarmos juntos é aceitarmos conversar, em nome do município perante o ESTADO, e o BRASIL, confrontar nossas diferenças e descobrir o que temos em comum, entendendo que nossos interesses particulares têm que necessariamente fazer sentido dentro de uma grande construção do interesse nacional. Estarmos juntos é superar a crença na hegemonia de grupos, na exclusividade, na tomada de assalto do poder público, ainda que supostamente por bons motivos, e trocá-la pela convivência na diversidade, pela capacidade de assim gerar mais conhecimento, mais densidade e permanência nas decisões, clareza de propósitos, acordos mais transparentes, aperfeiçoamento das instituições. Estarmos juntos é uma atitude fundada na ética, no reconhecimento da legitimidade de todos os cidadãos.

Estarmos juntos por uma **IÚNA** que queremos é fazermos a tentativa histórica de ingressar, de fato, no século 21, preparados para aceitar seus desafios.

E o que queremos é, principalmente, lutar por um município que viva plenamente a democracia, que a alimente para além dos seus aspectos formais e se beneficie de toda sua riqueza potencial.

Isso implica um ajuste imprescindível entre os sistemas de governabilidade e de governança.

Que a governabilidade seja garantida não por meio de acordos que amesquinham e desvirtuam o papel do Município, que colocam preço em apoios e os pagam à custa da eficiência e da lógica integrada das políticas públicas. Que esteja assentada sobre a legitimidade de uma forte cadeia de governança e controle social, que só a participação direta e sistemática da sociedade nas decisões de caráter público pode dar. Para tanto, é preciso que essa participação não seja apenas cenográfica, mas real, capilarizada, expressa na ação do MUNICÍPIO em todos os seus níveis. A força da governança precisa impregnar a governabilidade e ajudar a reformar e modernizar



modernizar o MUNICÍPIO, tanto do ponto de vista de seus instrumentos, quanto do mérito e qualidade das decisões e de sua implementação.

O município de **IÚNA** tem que se mirar no exemplo de pequenas comunidades que, em todo o território nacional, têm descoberto as virtudes de fazer juntos, estimulando a participação – de crianças a idosos – em processos de resolução de problemas que se mostram eficientes e pedagógicos, deixando em todos a marca da cidadania e da crença na união, no diálogo, na criatividade coletiva e no respeito à capacidade própria e do outro em colaborar com seu conhecimento, sua cultura, seus saberes. É essa a democracia que queremos e podemos alcançar. A distância entre o que somos e o que podemos ser não é tão longa, se nos dispusermos a começar a caminhada.

1. A IÚNA QUE QUEREMOS

- **Os iunenses querem e merecem muito mais e, sobretudo, querem melhor –**

Estamos procurando apresentar nesse Plano de Governo uma nova visão de políticas públicas dando a oportunidade a população de expressar suas opiniões nos ajudando a oferecer uma resposta e formular a sua visão diante de uma mesma pergunta: “O que

precisa mudar no município de **IÚNA** para a sua vida melhorar de verdade?”. A educação – seguida de violência e emprego – foi apontada como a principal aspiração/problema da nossa sociedade e os valores morais (como respeito, justiça e paz) e a formação do caráter das pessoas figuraram como os mais frequentes “temas transversais” das respostas. Estes resultados expressam o desejo de que o município encurte rapidamente a injustificável distância entre o que efetivamente somos e o que podemos e desejamos ser.

- **Queremos uma IÚNA que viva plenamente a democracia –** Um município onde a liberdade de expressão e de imprensa seja um valor em si. Onde o direito de ir e vir seja garantido e seguro, nos centros ou na periferia. Onde a solidariedade seja um ato cotidiano entre todos, entre os vizinhos e os mais distantes.

- **O Município tem um enorme potencial para ser exemplo de prosperidade e sustentabilidade no Estado do Espírito Santo –** O município abriga parte significativa da biodiversidade da Região do Caparaó e um dos maiores superfícies agricultáveis do Estado. Precisamos construir o conhecimento que nos permitirá valorizar e conservar o nosso patrimônio ambiental. O grande desafio é agir imediatamente, definir prioridades, acelerar processos, unir forças, reunir recursos e demonstrar força de vontade e criatividade para fazê-lo.

- **O Município de Iúna, o Brasil e o mundo demandam um novo padrão de crescimento econômico –** Seus resultados devem superar os atuais, ainda baseados em ideias de modernidade e industrialização dos séculos 19 e 20. Pensar em “crescimento”, a qualquer custo, como se fez ao longo dos dois séculos anteriores, é tomar o município como recurso inesgotável. Onde muitas vezes esquecemos de elaborar planejamentos que visam nos resguardar das crises econômicas mundiais, que de vez em outra assolam o mundo. O novo caminho não está pronto e ninguém pode sozinho afirmar qual é. Ele é emergente e cocriado. Nasce simultaneamente em vários lugares em que homens e mulheres conscientes de suas responsabilidades colaboram entre si.

3.1. DIRETRIZES GERAIS

A sociedade civil e as forças econômicas do país avançaram de forma significativa após a democratização. O Estado brasileiro não acompanhou essa evolução. É necessário que se torne mais eficiente, que evite o desperdício e que mobilize as forças criativas e o empreendedorismo dos brasileiros. É necessário que crie o ambiente para que essa energia da sociedade se manifeste, assegurando um desempenho econômico e social

que melhore a qualidade de vida de todos sem comprometer a valorização dos recursos naturais.

O país precisa de um estadista, não apenas de um gerente. Alguém capaz de agir corajosamente no presente tendo em vista as gerações futuras. Alguém que pense em políticas públicas de longo prazo para o curto prazo dos políticos, e não em políticas de curto prazo para alargar o curto prazo dos políticos.

O desenvolvimento sustentável é a oferta do melhor para todos, hoje e no futuro. No Brasil, a noção de avanço está associada à idéia do crescimento econômico sem limite, expressa no aumento do poder de consumo e na construção de obras, como estradas, escolas e hospitais que em que pese suas inegáveis importâncias é preciso reconhecer que as sociedades mais prósperas são e serão aquelas que escolherem investir nas pessoas e na valorização dos recursos naturais que dão sustentação à vida.

O Estado deve estar próximo do cidadão e pautado por uma agenda de interesse público, que exige um novo jeito de governar, que integre as políticas públicas e que estimule uma nova qualidade de liderança para superar a atual estrutura política, que privilegia o fisiologismo e a manutenção dos espaços feudalizados pelos partidos.

Por isso, diretrizes gerais e transversais deverão ser permanentemente observadas:

- A. Um jeito novo de fazer política
- B. Igualdade de oportunidades
- C. Sustentabilidade

3.2. DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

São estabelecidos os seguintes eixos que servirão de base e orientação para estabelecimento de compromissos e do programa de governo:

1. Política cidadã baseada em princípios e valores
2. Educação para a vida adequada às necessidades de nosso tempo
3. Economia sustentável
4. Terceira geração de programas sociais
5. Qualidade de vida e bem-estar dos munícipes
6. Valorização da diversidade sociocultural e ambiental
7. Política externa para o século 21

A seguir são apresentados os temas e compromissos relacionados a cada diretriz programática que servirão de base para a proposta de programa de governo.

3.2.1. POLÍTICA CIDADÃ BASEADA EM PRINCÍPIOS E VALORES

Avanços significativos foram feitos no processo democrático no Brasil desde o fim do regime militar. Desde então houve regularidade de eleições diretas, de funcionamento do Poder Legislativo e de alternância de poder. No entanto, persistem características atávicas do comportamento político de alguns grupos sociais. No processo decisório

atual, o prefeito eleito se isola junto a poucos líderes partidários e aliados políticos, no chamado “presidencialismo de coalizão”, que deixa a sociedade distante, desinformada, sem voz, nem oportunidade de intervir no processo político.

Um sistema pouco transparente, que não valoriza o mérito, que se mantém desconectado do interesse público e que impede que o presidente eleito leve adiante o programa para o qual obteve o mandato. Desse processo derivam escândalos como o mensalão e aqueles vinculados à emenda da reeleição. É preciso uma nova prática no modo de fazer política.

A. Ação com base em valores e princípios:

- Austeridade e absoluta seriedade no uso dos recursos públicos; criatividade e ousadia para ir além do possível. O dinheiro público é sagrado;
- Equilíbrio e harmonia para convergir na diversidade;
- Visão de processo, firmeza e competência para garantir eficiência, eficácia e efetividade no atendimento ao interesse público;
- Responsabilidade, como valor principal da sustentabilidade;
- Expansão das liberdades democráticas, principal valor do desenvolvimento;
- Solidariedade, emancipação e autonomia, como valores centrais da democracia;
- Diálogo, como prática em todas as instâncias de reflexão, decisão e execução das ações voltadas ao bem comum.

B. Controle social da gestão pública – Promover o debate informado sobre as políticas públicas com a sociedade brasileira, criando, fortalecendo e ampliando o acesso aos mecanismos de controle social em todos os âmbitos do poder público.

C. Aprofundar a participação democrática – Fazer da participação e envolvimento da sociedade o pilar de sustentação do governo, inclusive para superar as pressões fisiológicas. Fortalecer os diversos espaços existentes de participação social (tanto no âmbito da sociedade como no da gestão pública), reconhecendo-os e integrando-os à formulação e avaliação de políticas públicas. Fazer do processo de participação uma oportunidade de desenvolvimento da consciência política e dos valores democráticos.

D. Transparência e livre acesso à informação – Mais do que abrir as informações sobre os gastos, é preciso dar transparência aos critérios para definição de prioridades de investimento e possibilitar à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos.

E. Intolerância com a corrupção – Promover ampla, contínua e irrestrita ação de combate à corrupção e mau uso dos recursos públicos em todos os níveis da administração. Recursos públicos devem ser tratados como recursos sagrados.

F. Trabalhar com base em metas e indicadores – Todos os setores de atuação da administração devem se pautar por conjunto de metas e indicadores que orientarão e permitirão avaliar o alcance e resultado de suas ações.

G. Profissionalização na administração pública – Manter ações permanentes para que a administração disponha de gestores e analistas treinados e capacitados para

planejar, implementar e monitorar políticas públicas. Reduzir drasticamente o número de cargos comissionados ocupados por quem não é servidor público.

H. Novo pacto federativo – Estabelecer em todos os níveis políticas públicas que assegurem a efetivação do pacto federativo esperado pelos pilares que sustentam a constituição federal, de forma que se promova o desenvolvimento dos estados, municípios nas regiões mais desfavorecidas e o municipalismo com responsabilidade, garantindo que os recursos disponíveis sejam compatíveis com as responsabilidades outorgadas e assumidas pelos entes federados e que estes por sua vez organizem suas demandas compatibilizando vocações culturais e naturais e efetivem sua autonomia para incrementar suas receitas com responsabilidade e participação social, seja por conselhos locais, seja pelo empreendedorismo socioambiental.

3.2.2. EDUCAÇÃO PARA A VIDA ADEQUADA AS NECESSIDADES DE NOSSO TEMPO

Para estabelecer uma ponte entre o município de **IÚNA** do presente e do futuro, é imprescindível um esforço emergencial para enfrentar a escassez crescente de trabalhadores qualificados em áreas estratégicas, caracterizando um verdadeiro apagão de capital humano. A superação dessa situação se dará pelo investimento intensivo em todos os níveis da educação formal, pela ampliação do acesso às tecnologias e pelo desenvolvimento de outros espaços de aprendizagem.

a. Construção do Sistema Municipal de Educação – Promover maior articulação entre União, Estados e municípios, para superar as disparidades na distribuição de recursos entre as regiões, e reconhecer as diversidades que devem ser respeitadas no processo pedagógico.

b. Educação como prioridade política e orçamentária – É preciso assegurar investimentos que aprimorem o ensino no município e a ampliação dos valores per capita anual investidos por aluno, adotando assim as referências sugeridas pelos estudos sobre o Custo Aluno-Qualidade.

c. Cultura digital – É preciso reorientar o conhecimento e os modos de organização da escola e as demais instâncias educadoras da sociedade, considerando-se como eixos centrais: as questões socioambientais, da diversidade cultural, o pensamento científico e as tecnologias digitais, que se tornam cada vez mais dinâmicas por meio das redes sociais.

d. Atenção à primeira infância articulada com as áreas de educação, saúde e assistência social – Apoiar a ampliação de instalações apropriadas, com condições básicas de higiene e profissionais qualificados, para que as mulheres possam trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão sendo cuidados em ambientes adequados e com a devida atenção. Desenvolver políticas alternativas, como creches públicas com co-gestão e supervisão comunitárias, com intuito de garantir qualidade, aliadas a programas de apoio à família com transferência de renda e capacitação relativa aos cuidados de saúde e ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças feito por agentes comunitários.

e. Melhoria da qualidade da educação básica de modo a garantir as aprendizagens

de todos os alunos na idade correta – A valorização do professor passa pela formação

e também pelo estabelecimento de planos de carreira e salários dignos. Garantir as aprendizagens dos alunos com ênfase em uma educação integral e inclusiva em que se

considerem tanto as dimensões afetivas, físicas e cognitivas do desenvolvimento das crianças e adolescentes, como as aprendizagens, tempos, valores e atitudes nos diversos

campos do conhecimento.

f. Consolidação dos direitos coletivos e valorização da diversidade sociocultural e ambiental – Promover o desenvolvimento de políticas intersetoriais centradas nos territórios de forma a priorizar e apoiar de forma articulada os programas voltados às famílias e às escolas situadas em áreas de alta vulnerabilidade, combatendo as desigualdades regionais de forma a atender às demandas específicas de cada região.

g. Ensino Médio e profissionalizante – Definir parâmetros contemporâneos para o ensino médio que promovam o crescimento do número de matrículas e evite a evasão de alunos.

h. Infraestrutura para o capital humano – Ampliar o acesso a escolas, universidades, centros culturais e esportivos, telecentros, bibliotecas, museus que apresentem condições

adequadas no que se refere aos prédios e equipamentos, considerando o acesso a banda

larga como direito de todos à informação.

i. Ampliação do ensino superior e da produção de ciência – Garantir um acesso mais

democrático ao ensino superior, em especial à sua modalidade pública e gratuita, é essencial, não apenas para garantir que direitos sociais sejam viabilizados, mas para que o município possa avançar na construção de conhecimento e de novas estratégias para lidar com os desafios do mundo contemporâneo, entre eles o mundo do trabalho.

3.2.3. ECONOMIA SUSTENTÁVEL

O mundo assiste a um questionamento crescente de paradigmas estabelecidos na economia e também na cultura política. A crise ambiental no planeta, quando traduzida na mudança climática, é uma ameaça real ao pleno desenvolvimento das nossas potencialidades.

Por outro lado, partimos do pressuposto que o Brasil possui uma posição privilegiada para

enfrentar os enormes desafios que se acumulam. Abriga parte significativa da biodiversidade e da água doce existentes no planeta, grande extensão de terras cultiváveis, diversidade étnicocultural, criatividade e uma rica variedade de formações naturais cujo papel é fundamental na preservação das bases naturais do nosso desenvolvimento. Com isso temos a obrigatoriedade de nos adequarmos as propostas

nas esferas nacionais, e podemos notar que isso é um das lacunas a serem preenchidas em nosso município.

Uma economia sustentável exige políticas econômicas consistentes e previsíveis que possam suavizar variações bruscas nos agregados de produto e preços. Além disso, o desenvolvimento na economia sustentável tem que ser compatível com a absorção de novas tecnologias de baixo carbono e o aumento contínuo da qualidade de vida para todos.

Esses objetivos só podem ser atingidos com medidas consistentes que permitam caminharmos em direção a uma economia que tem nos nossos ativos ambientais os fatores centrais do desenvolvimento.

a. Manter a estrutura de sustentação da política macroeconômica – Metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, administrando as políticas fiscal, monetária e cambial para garantir o equilíbrio interno e externo, requisitos de um desenvolvimento sustentável. Na ausência de uma coordenação adequada entre política fiscal e monetária, a segunda fica sobrecarregada e os custos em termos de produto e emprego serão maiores no tempo. O regime de câmbio flutuante, por sua vez, precisa prever intervenções pontuais visando atenuar os excessos de volatilidade na taxa cambial decorrentes de excessos ou escassez momentâneas de liquidez.

b. Reduzir o nível de endividamento do setor público – É fundamental conter o crescimento dos gastos públicos correntes à metade do crescimento do PIB (mantendo a possibilidade de política fiscal anticíclica nos momentos de retração econômica), estimular a poupança de longo prazo, substituir a sucessão de programas extraordinários de anistia fiscal por estratégias mais sólidas de recuperação de créditos tributários.

c. Justiça tributária – O nosso sistema tributário precisa ser reestruturado com firmeza e intensidade de propósito. O compromisso é promover uma reforma tributária que busque a simplificação e a transparência do sistema, o aumento da progressividade tributária através da redução da participação de impostos indiretos e dos impostos que incidem sobre a folha de pagamento na carga total, maior transparência para a sociedade e a redução da carga tributária, que só pode ser alcançada no médio prazo com a redução do crescimento dos gastos públicos.

d. Reforma da Previdência – A proposta tratará de três grupos relevantes: os jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho; os adultos do setor privado e do funcionalismo que estão na ativa e têm direitos adquiridos de aposentadoria pelas regras atuais; os idosos que já estão aposentados e precisam de regras claras de recomposição do valor do benefício. O desafio estratégico é transitar de um sistema de repartição deficitário no tempo para um regime de capitalização unificado para todos os trabalhadores, o que demandará uma forte estrutura de financiamento de longo-prazo.

e. Infraestrutura para a economia sustentável – A infraestrutura é base fundamental para sustentação do crescimento e desenvolvimento econômico. A forma como é planejada e constituída tem enorme impacto na distribuição geográfica do desenvolvimento, na qualidade de vida da população e nos impactos ambientais. Na

transição para uma economia de baixo carbono o planejamento da infraestrutura deve ter foco em uma infraestrutura que seja eficiente e sustentável no uso dos recursos naturais. O saneamento básico será priorizado e todas as alternativas de geração de energia a partir do tratamento do esgoto serão incentivadas. O tratamento de resíduos sólidos impulsionará novos negócios a partir da redução da geração, do reuso, do reaproveitamento, da reciclagem e da recuperação energética dos resíduos, como preconiza a lei sobre resíduos sólidos já aprovada pela Câmara dos Deputados e que deve ser adequada pelos municípios. Expansão e universalização da oportunidade de acesso a telefonia, internet e a TV digital de alta definição a todos os Brasileiros.

f. Preparação para os grandes eventos – A realização de grandes eventos, municipais como feiras agropecuárias, Festas Municipais, no amplo Cristão – Religioso - Cultural, nas comunidades rurais deve ser encarada como uma importante oportunidade para projetar a imagem do município que tem na sustentabilidade o eixo central de seu desenvolvimento para o mundo, ao mesmo tempo que deixará uma ampla gama de investimentos em infraestrutura urbana como legado para a melhoria de qualidade de vida dos munícipes e pela valorização do comércio local.

g. Inovação para produtos e serviços da nova economia – Nada poderá ser mais decisivo para a prosperidade sustentável da sociedade brasileira do que considerar o conhecimento como prioridade de suma importância. Seja no âmbito global, nacional, regional ou local, a participação de processos intensivos em conhecimento se torna cada vez mais determinante. Por isso, tende a ser crescente a sinergia entre centros produtores de conhecimento e a maioria das ações sociais que mais impulsionam tanto o desenvolvimento quanto a sustentabilidade ambiental global. É do conhecimento que depende cada vez mais a capacidade social de gerar e utilizar a inovação. O investimento em inovação é crucial para dotar o Brasil de capacidade para aproveitar a vantagem competitiva que seu vasto território e suas amplas riquezas naturais lhe conferem. É preciso investir em conhecimento e em inovação como estratégias prioritárias para potencializar esse patrimônio natural e viabilizar a transição para uma economia mais sustentável. Para isso deve-se investir na inventividade, empreendedorismo e criatividade da sociedade.

h. Estímulo à geração de empregos verdes – São os empregos calcados em uma economia sustentável, proporcionando trabalho decente.. Os setores de maior potencial no Brasil são a construção civil, a indústria, a geração de energias limpas, seguras e renováveis, o transporte, a agropecuária e o uso sustentável dos diferentes biomas (particularmente das florestas). Eles precisam ser estimulados por meio de instrumentos fiscais, tributários e creditícios.

i. Gestão estratégica dos recursos naturais não renováveis – O Brasil tem uma das maiores reservas de recursos minerais, petróleo e gás no planeta. Porém, esses recursos são por natureza finitos e, portanto, devem ser geridos de forma estratégica para garantir o abastecimento ao mesmo tempo que prepara o futuro independente destes. O acesso à exploração dos recursos minerais deve ser revisto para torná-lo mais transparente e competitivo devendo prevalecer os empreendimentos que consigam

combinar os maiores valores de royalties com os melhores padrões de desempenho social e ambiental.

j. Agronegócio sustentável – O agronegócio brasileiro deve ter sua orientação estratégica direcionada ao aumento de produção pelo ganho de produtividade (expresso em geração de riqueza por hectares de solo ocupado, por litro de água consumido e por tonelada de gases de efeito estufa emitida). Essa estratégia permitirá intensificar o uso das áreas já ocupadas pela agropecuária, freando a expansão da fronteira agrícola. Todos os instrumentos de políticas públicas devem ser direcionados à desejável conciliação entre produtividade, conservação e geração de renda dos agricultores iunenses.

I. Fortalecimento da agricultura familiar – A agricultura familiar deve ter a garantia de acesso à tecnologia e à terra, por meio de políticas ativas que viabilizem a reforma agrária.

O município deve investir no acesso pleno dos agricultores familiares aos serviços públicos, em especial de saúde, educação e habitação de qualidade, além da inserção digital e acesso à informação, facilitando sua permanência no campo e a de seus filhos que assim o desejarem. Criar estruturas de comercialização de produtos da agricultura familiar com o mínimo de intermediação, permitindo uma melhor remuneração do produtor e o acesso a uma alimentação saudável por parte dos consumidores.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar deve ser mantido e converter-se num exemplo das políticas públicas de terceira geração, por meio de um conjunto de agentes de desenvolvimento voltados a elaborar projetos capazes de gerar renda, garantir os serviços ecossistêmicos e evitar a inadimplência dos agricultores.

m. Internet para todos – O Programa Internet para Todos facilitará o acesso da maioria dos domicílios brasileiros aos computadores e dispositivos celulares para conexão à internet por meio do incentivo de crédito de longo prazo bem como da desoneração fiscal dos mesmos em relação a impostos como Fust, PIS, Cofins e IPI, que correspondem a 42% das tarifas das telecomunicações. Para isso se faz necessário a adequação do município aos programas Estaduais e Federais.

3.2.4. TERCEIRA GERAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

O país deu grande salto nas políticas sociais nos últimos anos superando os métodos assistencialistas de socorro aos mais pobres (simbolizado pelo programa de Cestas Básicas).

Houve evolução para a segunda geração de programas sociais, com formas menos paternalistas de superação da pobreza extrema com a distribuição de renda direta às famílias com contrapartidas dos beneficiários, como o Bolsa Família.

É preciso agora avançar para a terceira geração de programas sociais que amplie os esforços atuais de forma proativa, integrada e adequada a diferentes condições de carência. O objetivo é superar a pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias para a sua inclusão produtiva na sociedade.

a. Consolidar e ampliar as boas práticas associadas a políticas e programas sociais

– Institucionalizar programas que alcançaram bons resultados, tais como o Bolsa Família, partindo da identificação feita por esse programa das 15 milhões de famílias mais pobres do país, reunidas no Cadastro Único para Programas Sociais, e definindo esse grupo social como usuário principal de iniciativas complementares e associadas, voltadas para a erradicação da pobreza no Brasil.

b. Ampliar e integrar programas sociais dirigidos para a erradicação da pobreza –

Dar maior eficácia, eficiência e efetividade às políticas e programas sociais hoje disponíveis em vários níveis de governo (federal, estadual e municipal) consolidando-os, integrando-os e orientando-os prioritariamente para o atendimento das famílias mais pobres do país, enfatizando de modo específico o atendimento das principais necessidades, bem como a realização de suas melhores habilidades.

c. Esforço individual e familiar como estratégia de superação da pobreza –

Transformar os beneficiários dos programas sociais em parceiros dotados de protagonismo na escolha das oportunidades que lhes são oferecidas, assim como torná-los cientes de que a superação da situação em que se encontram dependerá principalmente da sua capacidade de aproveitar plenamente tais oportunidades.

d. Diferenciação entre produção e oferta de programas sociais e definição dos usuários dessas oportunidades –

É preciso separar produção e gestão de programas e serviços sociais da oferta e seleção dos seus usuários. Uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar será responsável por levar os programas sociais às famílias mais pobres e dar apoio a suas escolhas. Além disso, apresentarão aos produtores e gestores desses serviços os seus usuários preferenciais, garantindo aos beneficiários a possibilidade de inscrição nesses programas.

e. Garantir a disponibilidade, integração e complementação de políticas sociais orientadas para previdência, assistência social e saúde, educação, cultura e trabalho, habitação, urbanismo e saneamento – Assegurar a integração orçamentária e a transversalidade das políticas desses setores por meio de ações matriciais e territoriais.

f. Priorizar a aquisição de conhecimento – Garantir que programas educacionais e de formação básica e profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia nacional de erradicação da pobreza.

g. Estimular o empreendedorismo como estratégia de superação da pobreza –

Assegurar que os indivíduos e famílias atendidas pelos programas sociais integrados se sintam instadas a buscar melhores condições fora do ambiente de atendimento desses programas, principalmente tomando consciência de suas potencialidades e desenvolvendo capacidades que as permitam garantir sua sobrevivência.

h. Buscar e estimular parcerias público-privadas – avançar além do Estado unicamente provedor para o Estado mobilizador e atrair o setor empresarial e as organizações não-governamentais para participarem do esforço de erradicação da

pobreza no Brasil por meio da associação à execução de políticas e programas sociais integrados, assumindo o lugar de agente econômico principal, capaz de recrutar, treinar e empregar indivíduos e – eventualmente – famílias em atividades produtivas que façam parte de cadeias de valor que envolvam o fornecimento de bens e serviços descentralizados necessários aos seus processos produtivos.

i. Constituir uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar (ADF) – Integrar o funcionamento de diferentes sistemas de oferta de programas sociais hoje existentes que operam em nível federal, estadual e municipal em numa única rede voltada para o atendimento prioritário das famílias mais pobres do município, constantes do Cadastro Único para os Programas Sociais. Aos agentes dessa Rede caberá atualizar o Cadastro Único, fornecer informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, estabelecer com a família o Plano de Desenvolvimento Familiar, demandar junto aos produtores de programas e serviços a participação das famílias e acompanhar e estimular a evolução da família no alcance das metas por elas definidas.

j. Plano de Desenvolvimento Familiar – Avaliar as necessidades de cada família, priorizar acesso aos programas sociais e serviços públicos e estabelecer metas a serem por elas alcançadas.

3.2.5. QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR DOS MUNICÍPIOS

As cidades são a moradia de grande parte da população brasileira. Das megacidades aos pequenos e emergentes aglomerados urbanos, realidades opostas convivem lado a lado: riqueza e pobreza, inclusão e exclusão, participação e marginalidade. Cidades sustentáveis e democráticas são um dos grandes desafios do século 21, onde a garantia de mobilidade e direito à cidade para todos os seus habitantes, a valorização da diversidade sociocultural e a busca de padrões sustentáveis para uso dos recursos naturais devem ser valores centrais.

A questão urbana deve ser encarada como estratégica para o Brasil no curto, médio e longo prazo, com o objetivo de superar déficits de saneamento e habitação, aumentar a eficiência na gestão das cidades por meio de mecanismos para garantir recursos para os municípios financiarem o seu desenvolvimento urbano, onde o governo federal tem importante papel de induzir políticas e ações que integrem e articulem a promoção do desenvolvimento humano e qualidade de vida de seus habitantes.

a. Bem-estar humano como valor central – Incorporar condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, vida saudável, prevenção de doenças e redução da violência como valores centrais das políticas governamentais na área da saúde, saneamento, gestão urbana e desenvolvimento regional.

b. Reconhecer e valorizar os diferentes modos de vida existentes no município – Qualificar os espaços urbanos e rurais e as diferentes tipologias de cidades, particularidades e formas de ocupação existentes no nosso território. Estabelecer como objetivo estratégico para uma ocupação ordenada do espaço urbano nacional o estímulo à formação de sistemas integrados de cidades, nas escalas nacional, regional e

e municipal, estimulando a distribuição tanto da população quanto das atividades econômicas.

c. Ambiente saudável e bem-estar humano como valores centrais para a saúde dos brasileiros – Para aprimorar a capacidade de gestão e planejamento do setor, é necessário: garantir o financiamento estável para o SUS; universalizar o acesso dos usuários do SUS ao Programa de Saúde da Família, com objetivo de aprimorar a atenção básica; ampliar a capacidade de prevenção e promoção da saúde; diminuir desigualdades de acesso e de infra-estrutura regional; valorizar o profissional de saúde, incluindo investimento em formação continuada e atração para diferentes áreas do país; garantir o uso racional da tecnologia da saúde e estabelecer parâmetros e indicadores que possibilitem o aprimoramento das políticas em saúde e qualidade de vida da população.

d. Saneamento básico integrado ao direito à moradia digna e qualidade de vida – Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde. Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no território nacional visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos (atualmente metade da população não tem acesso a redes de coleta de esgotos, e mais de 80% do esgoto gerado no país é lançado nos corpos d'água sem nenhum tratamento, inclusive mananciais de abastecimento).

e. Água de boa qualidade e para todos – Criar política de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água, incorporando a saúde humana, a qualidade da água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento.

f. Resíduos Sólidos. Apoiar fortemente a aprovação da política nacional de resíduos sólidos no Congresso e priorizar a sua regulamentação. Criar diretrizes e incentivos para implantação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão dos catadores e cooperativas.

Fomentar ações e programas para aprimorar e ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, em especial os resultantes da construção civil.

g. Habitação como política de Estado – Evoluir de uma política setorial de direito à moradia para uma política de direito à cidade (“construir bairros e cidades, e não apenas casas”), aliada à inclusão social com desenvolvimento econômico e inovação (tecnológica, de gestão e de governança das cidades). Implementar uma política nacional de regularização urbanística e fundiária e urbanização de favelas e outras formas de ocupações.

h. Reestruturação da Segurança Pública – Garantir o pleno exercício dos direitos e liberdades constitucionais por meio da implantação de uma Nova Estrutura Institucional da Segurança Pública, combinando a mudança do modelo policial com o investimento em políticas intersetoriais preventivas, para que se constitua um sistema integrado, pautado

na equidade do acesso à Justiça, valorização dos profissionais que atuam no sistema com carreira unificada e salários dignos, correspondentes à importância e aos riscos de sua função, colaboração entre esferas de governo (União, Estados e Municípios) e na interação participativa com a sociedade.

Discutir com a sociedade a política de drogas e investir no esclarecimento, na prevenção e no tratamento dos dependentes. Focalizar a problemática das armas e do crime organizado (envolvendo as polícias, como as milícias) como alvos centrais de recursos, ações, esforços concertados em todos os níveis e por todas as instituições pertinentes.

3.2.6. VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

Diversidade é um valor superior para a vida. Promovê-la na centralidade das políticas públicas é investir no aprofundamento da democracia e na sustentabilidade do município, assim como na originalidade da nossa contribuição para o equilíbrio da vida no planeta. O Brasil é chamado de megadiverso por sua biodiversidade e sua diversidade de ecossistemas, mas o deveria ser graças à sua sociodiversidade.

Somos um povo formado por muitos povos, muitas culturas.

Não podemos nos reivindicar uma sociedade plural se não assumirmos de forma integral o direito à diversidade de orientações sexuais, se não considerarmos as pessoas com deficiência e se não tivermos políticas que abracem a diversidade de direitos e necessidades da juventude e da terceira idade.

Para um Brasil, Estado e Município justo e democrático, temos de levar em conta a existência de muitos povos, culturas, comportamentos e necessidades, cada qual com sua própria realidade e situação. Isso exige do Estado e Município, para além da universalização do acesso às políticas públicas, a criação de estruturas adaptadas ao respeito às diferenças.

a. Ampliar e intensificar a promoção de produtos da sociobiodiversidade – É uma política transversal que associa o apoio à organização social e gerencial dos produtores, o uso sustentável da biodiversidade tanto na alimentação quanto para outras finalidades e a agregação de valor por meio de atuação intersetorial. Esses produtos devem ser colocados no centro de uma visão estratégica. Além de permitir o uso sustentável de nossos ecossistemas e a inserção destas populações no geral marginalizadas, essa visão nos confere vantagens competitivas e de possibilidade de inovação únicas. Investimento em ciência e tecnologia, ampliação da garantia de preços mínimos a mais produtos da sociobiodiversidade, apoio à gestão dos territórios de povos e comunidades tradicionais e agregação de valor in loco devem ser prioridade.

b. Reconhecer e valorizar as diversas formas de manifestação cultural – Apoiar decididamente a aprovação do Plano Nacional de Cultura, em tramitação no Congresso Nacional, e sua implementação. A extraordinária riqueza cultural do Brasil deve ser promovida, ampliada e resgatada como patrimônio nacional, estadual e municipal. O poder público não pode estar ausente do apoio à produção cultural e artística, mas também não pode ser um canal hegemônico. Deve apoiar e subsidiar as atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário e de coesão que tenham dificuldade de se viabilizar através dos mecanismos de mercado. E, paralelamente estabelecer uma política de estímulo à cadeia produtiva da cultura como

dimensão da economia nacional. Ademais, o poder público deve zelar para que as iniciativas culturais e artísticas que apóie sejam elementos de afirmação dos valores nacionais - democracia, tolerância, paz e preservação do meio ambiente. O poder público deve estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica e as novas tecnologias de informação que propiciem uma democracia mais participativa.

c. Lutar contra todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, homofobia, sexismo ou outra – Garantir a cada grupo espaço próprio de participação política e de respeito e atenção às suas demandas específicas, ou seja, uma porta de entrada para suas reivindicações, clara e bem identificada. Os Conselhos Municipais tais como: Conselhos de Políticas para as Mulheres e da Juventude, as Conferências de Direitos Humanos e de LGBT são exemplos de instrumentos na luta contra a discriminação e na melhoria da elaboração de políticas para públicos específicos. Políticas de igualdade racial, inclusive a manutenção das cotas para negros, serão reforçadas, como parte de um processo de restauração de equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias.

c. Juventude e Terceira Idade – É necessário realizar um pacto geracional que fomente oportunidades sustentáveis de vida; gerar emprego e renda com novas tecnologias socioambientais; promover e fomentar trocas de experiências, intercâmbios, livres expressões e manifestações culturais, espaços permanentes, redes sociais, organizações juvenis e movimentos sociais.

d. Garantir a transversalidade da questão ambiental – Integrar a questão ambiental ao planejamento das políticas e projetos governamentais.

e. Garantir a política de relação Inter-municipais - Deverá ser pautada por princípios fundamentais, como a manutenção e a promoção da paz, que devem ser defendidos e respeitados nas relações intermunicipais. Ao dirigir a sua política externa com base em princípios sólidos, e não em conveniências imediatas, o município deve passar a ser visto como um município coerente, que abraça as causas corretas, lidera pelo exemplo e assim fortalece seu poder de persuasão e a sua influência no cenário regional.

f. Cooperação e solidariedade – A globalização aumentou a interdependência dos povos e, com isso, a necessidade de encontrar soluções globais para os problemas que são também globais. Assistiu-se a uma “globalização do Direito”, por meio dos Consórcios Intermunicipais, na qual a relação entre os municípios devem ser regida pela cooperação e pelo respeito às regras e instituições criadas em conjunto pelas câmaras setoriais.

Nesse contexto, o Brasil, como oitava economia do mundo que caminha rapidamente para integrar o conjunto de países com alto índice de desenvolvimento, deve basear as suas ações na solidariedade com os menos desenvolvidos, apoiando-os especialmente no alcance das Metas do Milênio. Para que o município de **Lúna** acompanhe desenvolvimento se faz necessário adequar suas políticas públicas de modo a crescer e desenvolver na mesma proporção do país.

g. Sustentabilidade – Se a interdependência nos leva a ter que investir na cooperação nenhum tema é tão “globalizado” quanto a sustentabilidade. Essa é uma oportunidade inédita que o município de **Iúna** terá de representar o Estado perante o Brasil e sair na frente e se posicionar de forma privilegiada no cenário nacional, dando um passo fundamental na direção de garantir a prosperidade de nossas gerações futuras.

h. Paz e direitos humanos – O município de **IÚNA** não pode, em nenhuma hipótese, abrir mão da defesa da paz, princípio básico de nossa política externa, como mostra nossa Constituição e nossa tradição. Devemos continuar sendo exemplo do convívio pacífico de diferentes etnias e religiões, procurando refletir e propagar essa experiência em nossas relações intermunicipais.

Além disso, deve ter uma posição firme na defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, deve adotar, considerando sempre o princípio da não ingerência, uma postura crítica com relação aos seus municípios vizinhos que violem esses direitos e, ao contrário do que tem acontecido, não deve relativizar estes princípios em suas relações de Estado.

i. Livre comércio – O comércio é comprovadamente, uma fonte de riqueza para os municípios. E deve ter um papel ativo na eliminação das barreiras e distorções que prejudicam o livre comércio. Para isso, deve se valer dos instrumentos que a globalização jurídica lhe oferece, seja no âmbito internacional (OMC), seja no âmbito regional (Mercosul). Seja no âmbito Estadual e Municipal. O livre comércio, entretanto, não pode ser apoiado quando ele estimula métodos produtivos baseados na degradação ambiental ou avessos ao que a Organização Internacional do Trabalho chama de trabalho decente. Embora a solução negociada deva ser sempre priorizada, deverão ser utilizados todos os mecanismos legais que permitem aos municípios brasileiro a sua defesa em situações de conflito.

A eleição para **PREFEITO DE IÚNA** é um dos momentos mais importantes da democracia brasileira e deve ser pautado pelo debate sobre o **IÚNA** e seu futuro. A campanha de **RENATO TERRA RIOS E ROMÁRIO BATISTA VIEIRA** assume os seguintes compromissos para processo eleitoral:

- **Debate de propostas** – Pautar o período de campanha pelo debate de ideias e ideais, propostas sobre o município evitando factóides, embates vazios e consensos ocultos.

- **Transparência na arrecadação e aplicação de doações de campanha** – Tanto o processo de arrecadação como de utilização de recursos serão publicados na Internet durante a campanha, observadas rigorosamente as determinações do Tribunal Superior Eleitoral sobre a matéria.

- **Não praticar qualquer tipo de ataques pessoais** – Nenhum ataque ou ofensa pessoal será dirigida a qualquer candidato, bem como qualquer forma de obtenção de informação que violem os marcos do estado democrático de direito.

POLÍTICA SE FAZ CONVERSANDO E DISCUTINDO, NÃO GRITANDO... POLÍTICA SE FAZ OUVINDO E SOMANDO, NÃO SUBTRAINDO. CRESCER NA POLÍTICA É FAZER SIMPLEMENTE O QUE PRECISA SER FEITO, DEIXANDO COM QUE OS BENEFICIADOS PARTICIPEM COM O SENTIMENTO DA CONQUISTA. O MÉRITO É DE QUEM CONQUISTOU COM O ANSEIO, ESTA É A ALMA DA OBRA.

VOTE



Prefeito

RENATINHO

Vice: Romário

COLIGAÇÃO: **MINHA IÚNA** PSC - PSB - PTC